



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Coxim
Vara Criminal - Infância e Juventude

Coxim/MS, 03 de agosto de 2015

Ofício nº 1433/2015

Autos nº 0001799-16.2015.8.12.0011

Ação: Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha)

Requerente: Leidivna de Souza Castro

Requerido: Ronivaldo Oliveira Barbosa

Ao Ilmo. Sr. Tenente Coronel Adão Rosa dos Santos Gomes
MD. Comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar de Coxim/MS.

Senhor Comandante:

Com o presente e para os devidos fins, encaminho a Vossa Senhoria a inclusa decisão, extraída dos autos de Medida de Proteção acima mencionado, instaurada contra o acusado **Ronivaldo Oliveira Barbosa**, Rua Manacá, 213, 67-9916-0887, Vila Bela - CEP 79400-000, Fone 92365037, Coxim-MS, CPF 010.557.031-10, RG 1473518SSP/MS, nascido em 06/11/1984, Brasileiro, natural de Pedro Gomes-MS, pai Osvaldo Oliveira de Moraes, mãe Osmarina barbosa de Souza, tendo como vítima **Leidivna de Souza Castro**, Rua Frei Cirino João Primom, 1343, Vila Bela - CEP 79400-000, Coxim-MS, nascida em 10/04/1989, Brasileiro, natural de Coxim-MS, pai João de Oliveira Castro, mãe Fatima Fernandes de Souza Castro, para conhecimento e fiscalização da medida imposta ao acusado, pelo prazo de 30 (trinta) dias a contar da decisão.

Atenciosamente.

Gislene Cristina Minini Duarte

Analista Judiciário

Assina por determinação

Portaria nº 002/2001

Mod. 778693 - Endereço: Avenida General Mendes de Moraes, nº 70, Jardim Aeroporto - CEP 79400-000, Fone: (67)3291-1377, Coxim-MS - E-mail: cox-vcrim@tjms.jus.br,

SETOR DE CORREIO - Remessa Deste Documento				
X	PROTOCOLO		MALOTE SIMPLES	MALOTE COM C.R.
	CORREIO SIMPLES		CORREIO COM A.R.	CORREIO COM A.R. M.P.

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por GISELE CRISTINA MININI DUARTE. Para conferir o original, acesse o site www.tjms.jus.br/lesaj, informe o processo 0001799-16.2015.8.12.0011 e o código 281CCC2.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Coxim
Vara Criminal - Infância e Juventude

Autos 0001799-16.2015.8.12.0011 - Medidas Protetivas de Urgência (Lei Maria da Penha)

Réu(s): Ronivaldo Oliveira Barbosa

Vítima: Leidivna de Souza Castro

DECISÃO

Trata-se de requerimento formulado pela Delegada de Polícia de Coxim, Dra. Sandra Regina Simão de Brito Araújo, em que se postula a aplicação de medidas de proteção à mulher vítima de violência doméstica e/ou familiar.

Segundo as informações da autoridade policial, a vítima, em data recente, teria sofrido ameaça de seu ex-companheiro, o que justificaria a aplicação das medidas previstas na nova Lei 11.340/06.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Estadual opinou pelo acolhimento do pedido (fls. 09/10).

Relatei o necessário. Decido.

Como bem colocou o *Parquet*, a Lei 11.340/06 trouxe notório avanço no que toca à proteção da mulher vítima de violência doméstica ou familiar, prevendo um extenso rol de medidas cautelares e protetivas colocadas à disposição do magistrado para efetivo resguardo da integridade, física e moral, da vítima, de seus familiares e eventuais testemunhas.

No caso dos autos, uma vez demonstradas as agressões sofridas pela ofendida, impõe-se a aplicação das medidas postuladas pela autoridade policial, como autoriza a novel legislação protetiva.

Com efeito, a condição de mulher e de companheira/ ex-companheira é haurida da própria declaração realizada pela vítima perante a autoridade policial. A violência, por sua vez, encontra-se caracteriza por meio do referido relato, assim como pelo fato de a vítima ter procurado a polícia para registrar a ocorrência dos fatos.



Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Coxim
Vara Criminal - Infância e Juventude

Por fim, sem dúvida, a espera pela 'certeza' das agressões pode tornar inócua a ação judicial.

Pelo exposto, com base nos artigos 18 e seguintes da Lei 11.340/06 e com o parecer, determino ao agressor mantenha-se à distância mínima de 300 metros da ofendida, de seus familiares ou testemunhas; não mantenha contato, de nenhuma espécie, com a ofendida, seus familiares ou testemunhas.

Ressalto que tais medidas serão aplicadas em caráter de urgência, pelo prazo de 30 (trinta) dias, podendo, ainda, ser revista oportunamente, na audiência de interrogatório ou na audiência prevista no artigo 16 da Lei 11.340/06.

Intime-se o autor dos fatos para que cumpra as medidas determinadas, advertindo-o de que são provisórias e de que o seu descumprimento importará a sua **prisão**.

Dê-se ciência à autoridade policial, que zelará pelo cumprimento das medidas e, ainda, deverá imprimir andamento preferencial às investigações, as quais deverão ser concluídas no prazo de noventa dias, nos termos da Lei 11.340/06.

Intime-se a vítima das medidas impostas, advertindo-a de que deverá informar à autoridade policial o eventual descumprimento pelo autor dos fatos.

Autorizo ao Sr. Oficial de Justiça, se necessário, solicitar reforço policial para assegurar o cumprimento desta decisão.

Ciência ao Ministério Público Estadual.

Às providências e intimações necessárias.

Coxim - MS, 31 de julho de 2015.

Tatiana Dias de Oliveira Said
 Juíza de Direito

Este documento é cópia do original assinado digitalmente por TATIANA DIAS DE OLIVEIRA SAID. Para conferir o original, acesse o site www.tjms.jus.br/esaj, informe o processo 0001799-16.2015.8.12.0011 e o código 28141E2.